

## EDITORIAL

O momento é de pré-mudanças.

Nós e nossas entidades co-irmãs estamos cada vez mais engajadas com associações e movimentos que defendem os interesses da atividade empresarial, como o Sindicato de Asseio e Conservação do Rio de Janeiro, o primeiro Sindicato Patronal a ser constituído no Brasil. O SEAC completou 50 anos e comemorou em sessão solene na Câmara Federal, por solicitação do deputado Laércio Oliveira, que na oportunidade, fez uma defesa contundente da terceirização. O Sistema Refeições Coletivas (ABERC, FENERC, SINDERCS) prestigiou a cerimônia.

Estamos trabalhando firmemente na defesa de nosso Segmento.

Boa leitura!

Marco Aurélio Crescente,  
Presidente

## Momento atual precisa de ação dos empresários e empreendedores

**O empresariado também tem que apresentar suas necessidades e reivindicações de forma eficaz**

O “vamos às ruas” que assistimos em junho, em todo o País, não foi um acontecimento exacerbado, foi um alerta! – pelo menos é o que achamos até este momento. Fora alguns vândalos, ignorantes e mal intencionados, a maioria era pacífica e mostrou as suas necessidades. As necessidades do povo! Não seriam elas também dos empresários?

Estamos sentindo outro espírito,

bem diferente de meses atrás. Os parlamentares estão reagindo e mostrando atendimento aos reclamos da Nação. E o que é a democracia senão o governo do povo para o povo? Também o Executivo está se reprogramando e temos certeza que o Judiciário também desempenhará o seu papel.

Será que os empresários não precisam ir “às ruas”? É claro que figu-



O presidente da FEBRAC e SEAC-RJ, Ricardo Costa Garcia, juntamente com Antonio Guimarães (ao centro), Ermínio Lima Neto, assessor parlamentar do deputado Laércio Oliveira, e o presidente da Fenacom, Waldir Pietrobon

rativamente, pois nossa ação seria mais eficaz se formos ao Legislativo, ao Executivo e até ao Judiciário. (Precisamos diminuir, e até acabar, com os enormes passivos trabalhistas, uma grande ameaça para as empresas. E são elas que mantêm um país próspero!).

## Parceiros

Isso é de grande importância, pois nós, empresariado e dirigentes empresariais, estamos cada vez mais nos engajando com entidades e movimentos que defendem os interesses da nossa agricultura, indústria, comércio e serviços.

Atualmente temos como parceiros da ABERC, da FENERC e dos SINDER (s) estaduais, a CEBRASSE e seus associados, o PNBE, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços e muitas outras entidades de classe.

Recentemente, o professor Antonio Guimarães representou o Sistema Refeições Coletivas (ABERC, FENERC, SINDERs) na sessão solene no Plenário Ulisses Guimarães, na Câmara dos Deputados, que homenageou os 50 anos do Sindicato de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro (SEAC-RJ). Guimarães parabenizou a entidade pelo cinquentenário e pelo que ela representa como primeira entidade no Brasil oficializada e legalizada. Ela é associada à CEBRASSE.

A sessão, realizada no dia 1º de julho por iniciativa do deputado federal Laércio Oliveira, foi presidida pelo deputado Mauro Benevides. Laércio Oliveira destacou as ações de sucesso do SEAC-RJ e parabenizou a entidade, assim como a Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (FEBRAC), entidades presididas por Ricardo Costa Garcia.



*No Plenário da Câmara dos Deputados, a abertura solene, com o Hino Nacional, da sessão que foi solicitada pelo deputado Laércio Oliveira para homenagear os 50 anos do SEAC-RJ*

## Terceirização

Durante discurso, Laércio fez uma defesa contundente da terceirização:

“Para o futuro, novos desafios e promissores realizações serão sempre esperados, entre as quais a aprovação do PL 4330, que regulamenta a terceirização no Brasil, em tramitação nesta Casa. Este projeto é uma questão de justiça nacional, não é só de interesse de quem faz terceirização no país. O projeto é uma necessidade para o Brasil, para que se faça justiça, porque a nossa luta, enquanto empresários, é tão somente para regulamentar e trazer segurança jurídica às relações que já estão postas no país inteiro. Somos 10 milhões de terceirizações no país, sem nenhuma lei reger as partes que interessam a cada uma delas, quais sejam, quem emprega, contrata e presta serviço. A terceirização é uma prática fluente nos mais diversos segmentos e setores da economia brasileira”.

Ricardo Garcia, por sua vez, estendeu a homenagem ao SEAC-RJ a todas as entidades sindicais do setor de serviços.

Estamos apoiando:



**04 de Setembro de 2013**  
**8h00 às 17h00**

Centro Universitário Senac  
**Campus Santo Amaro**

Av. Eng. Eusebio Stevaux, 823 - Santo Amaro - São Paulo - SP  
Informações: <http://www.abia.org.br/cfs2013>

# Artigo publicado no Estado de Minas

No texto, Guimarães mostra que o problema da inflação dos alimentos no Brasil, um dos temas em pauta nos recentes protestos, vai muito além de fatores econômicos: também está atrelado às mudanças climáticas e aos aumentos no custo do frete. Confira o artigo, na íntegra:

## Alimentos e o clima

\*Antonio Guimarães

Há meses, a questão da inflação e da alta dos alimentos toma diariamente espaço na mídia nacional. O tema foi, inclusive, um dos tópicos mais comentados recentemente nas redes sociais, tendo o tomate como personagem principal. O produto passou até a ser boicotado na mesa de parte do povo brasileiro. Hoje o feijão assume o papel de protagonista. Até junho, o feijão carrega sobra até 10%, em média, segundo o IPCA-15. A fome da inflação, que em 12 meses já atinge o teto da meta estabelecida pelo governo, e o apetite do mercado de alimentação, definitivamente, não falam a mesma língua. Há cada vez mais quem come fora de casa. Empresas do setor têm sofrido impactos diretos em suas vendas e, conseqüentemente, em seus balanços, no primeiro quadrimestre deste ano. Mas o problema da inflação dos alimentos vai muito além de fatores econômicos e está atrelado a pontos como as mudanças climáticas e os aumentos no custo do frete.

No caso da primeira, as safras de produtos considerados básicos na composição de uma refeição, tais como arroz, feijão, batata e carne, por exemplo, têm sofrido consideravelmente por conta de secas prolongadas e chuvas intensas. Já em relação aos fretes, a alta do diesel e a nova lei do descanso para motoristas de caminhão – lei 12.619/12, em vigor desde abril – também ajudaram a onerar os custos. Não que a nova medida seja injusta. Ela é justa e necessária, mas há de se pensar e criar alternativas que possam atender de forma satisfatória e menos impactante os dois lados.

Em paralelo a isso, no mercado de refeições coletivas veio o aumento do custo da mão de obra e a desoneração da cesta básica, por meio da MP 609, de março/2013. No iní-

## Alimentos e o clima

Antonio Guimarães  
Vice-presidente executivo da Federação Nacional das Empresas de Refeições Coletivas

Há meses, a questão da inflação e da alta dos alimentos toma diariamente espaço na mídia nacional. O tema foi, inclusive, um dos tópicos mais comentados recentemente nas redes sociais, tendo o tomate como personagem principal. O produto passou até a ser boicotado na mesa de parte do povo brasileiro. Hoje o feijão assume o papel de protagonista. Até junho, o feijão carrega sobra até 10%, em média, segundo o IPCA-15. A fome da inflação, que em 12 meses já atinge o teto da meta estabelecida pelo governo, e o apetite do mercado de alimentação, definitivamente, não falam a mesma língua. Há cada vez mais quem come fora de casa. Empresas do setor têm sofrido impactos diretos em suas vendas e, conseqüentemente, em seus balanços, no primeiro quadrimestre deste ano. Mas o problema da inflação dos alimentos vai muito além de fatores econômicos e está atrelado a pontos como as mudanças climáticas e os aumentos no custo do frete.

No caso da primeira, as safras de produtos considerados básicos na composição de uma refeição, tais como arroz, feijão, batata e carne, têm sofrido

consideravelmente por conta de secas prolongadas e chuvas intensas. Já em relação aos fretes, a alta do diesel e a nova lei do descanso para motoristas de caminhão – Lei 12.619/12, em vigor desde abril – ajudaram também a onerar os custos. Não que a nova medida seja injusta, ela é necessária, mas há de se pensar e criar alternativas que possam atender de forma satisfatória e menos impactante os dois lados.

Em paralelo a isso, no mercado de refeições coletivas, veio o aumento do custo da mão de obra e a desoneração da cesta básica, por meio da MP 609, de março. No início, a medida parecia ser um benefício para o segmento, já que ampliaria a deflação de alguns itens, mas teve efeito contrário. O setor continuará pagando PIS e COFINS pelo serviço de refeição, mas perderá a possibilidade de receber créditos referentes aos tributos já incidentes sobre alimentos e que seriam abatidos no pagamento dos impostos federais.

A redução da oferta, aliada ao problema de abastecimento e de uma falta de política agrícola adequada que privilegie uma negociação melhor lá na ponta, entre produtores e governo, ajuda a desencadear o processo de descontrole dos preços. A tendência demonstrada no fim de maio, com a perda de fôlego do IPCA-15, motivada

por uma leve desaceleração do segmento de alimentos e bebidas – passando da alta de 1% para 0,47%, aliada à queda de preços das hortaliças e legumes (de 3,01% para -0,53%, de acordo com levantamento feito entre o fim de maio e junho pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) –, está longe de animar o segmento. A queda dos preços e o aumento da alta registrada nos últimos meses e o recente poder não são suficientes para garantir o retorno de reduzir de 10% para zero o impacto de importação de todos os tipos de feijão, entretanto, até 30 de novembro. Ainda há um longo caminho a ser percorrido até que os valores cheguem aos antigos patamares.

O cenário traz, mais que um grande desafio, uma necessidade: negociar tanto com fornecedores quanto com clientes para mitigar esses impactos. No caso do segmento de refeições coletivas, antecipação de reajustes, mudanças em contratos, renegociações acirradas com fornecedores e reajuste adicional são pontos a serem discutidos entre as partes envolvidas na busca por saídas que não prejudiquem as margens e preservem tanto a qualidade dos serviços prestados quanto a perpetuidade e a saúde financeira dos lados envolvidos.

"Alimentos e o clima" é o título do artigo do professor Antonio Guimarães, publicado no "Estado de Minas", de 15 de julho, principal jornal de Minas Gerais.

cio, a medida parecia ser um benefício para o segmento, já que ampliaria a deflação de alguns itens. Mas na realidade teve um efeito contrário. O setor continuará pagando PIS e COFINS pelo serviço de refeição, mas perderá a possibilidade de receber créditos referentes aos tributos já incidentes sobre alimentos e que seriam abatidos no pagamento dos impostos federais.

A redução da oferta, aliada ao problema de abastecimento e de uma falta de política agrícola adequada que privilegie uma negociação melhor lá na ponta, entre produtores e governo, ajuda a desencadear o processo de descontrole dos preços. A tendência demonstrada no fim de maio, com a perda de fôlego do IPCA-15, motivada por uma leve desaceleração do segmento de alimentos e bebidas – passando da alta de 1%, registrada em abril, para 0,47% em maio –, está longe de animar o segmento, já que a queda dos preços ainda é muito aquém da alta registrada nos últimos meses.

O cenário traz, mais que um grande desafio, uma necessidade: negociar tanto com fornecedores quanto com clientes para mitigar estes impactos. No caso do segmento de refeições coletivas, antecipação de reajustes, mudanças em contratos, renegociações acirradas com fornecedores e reajuste adicional são pontos a serem discutidos entre as partes envolvidas na busca por saídas que não prejudiquem as margens e preservem tanto a qualidade dos serviços prestados quanto a perpetuidade e a saúde financeira dos lados envolvidos.

\* Antonio Guimarães é vice-presidente executivo da Federação Nacional das Empresas de Refeições Coletivas

## Extinção da multa de 10% do FGTS

Os deputados federais aprovaram no dia 3 de julho, por 315 votos a favor e 95 contra, projeto que extingue a cobrança da multa rescisória de 10% sobre o saldo do FGTS paga pelos empregadores nas demissões sem justa causa. Sílvio Poltronieiri Neto, da Sapore S. A., acompanhou a sessão na Câmara Federal representando o Sistema Refeições Coletivas (ABERC, FENERC, SINDER SP).

O deputado Laércio Oliveira comemorou a extinção da multa. Segundo ele, a contribuição havia sido criada em 2001, para cobrir rombos nas contas do FGTS provocados pelos Planos Bresser (1987), Verão (89), Collor I e II (90 e 91), mas já havia cumprido sua função.

Antes da aprovação do projeto, houve

uma série de atuações da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços, feita pelo seu presidente, o deputado Laércio Oliveira, com o objetivo de informar os parlamentares sobre a importância da extinção no PL 200/12.

Durante os 11 anos em que a regra esteve em vigor, os empresários desembolsaram R\$ 45,3 bilhões para reequilibrar as contas do FGTS. Em fevereiro do ano passado, o Conselho Curador do FGTS informou ao governo que a conta com os trabalhadores estava quitada, e o adicional de 10% poderia ser extinto. Mas o governo manteve a contribuição.

Apesar da aprovação do Congresso, a presidente Dilma vetou o projeto. Caberá agora ao legislativo derrubar o veto.

## Como evitar reclamações trabalhistas



O advogado Percival Maricato faz palestra sobre “Como Evitar Reclamações Trabalhistas e Enfrentar Vitoriosamente a Justiça do Trabalho”, durante o I Jornada CEBRASSE, que acontece simultaneamente à Feira Higiexpo 2013, dia 14 de agosto, das 9h à 12h, no Pavilhão

Amarelo do Expo Center Norte. Maricato, autor de livro sobre o tema da palestra, vai discorrer sobre como as empresas podem evitar ou ganhar reclamações trabalhistas, fazer bons acordos e enfrentar o viés antiempresarial da Justiça do Trabalho. A ABERC vai prestigiar o evento.

Patrocinaram esta Edição:

**Associados**



Tel.: (11) 2135-3000

**Sapore**

Tel.: (19) 3738-4000



Tel.: (11) 5693-5000

**Parceiro**



**SINDER SP**

Sindicato das Empresas de Refeições Coletivas do

Estado de São Paulo

Rua Estela, 515

Bloco G – Conjunto 52

São Paulo – SP

Tel.: (11) 5539-1061

ABERC NOTÍCIAS

**EXPEDIENTE**

Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas  
Rua Estela, 515, Bloco B, conjunto 62 Paraíso  
CEP 04011-904 - São Paulo/SP  
Fones: (11) 5573-9835 / 5572-9070  
Fax: 5571-5542  
**Internet:** [www.aberc.com.br](http://www.aberc.com.br)  
**E-mail:** [aberc@aberc.com.br](mailto:aberc@aberc.com.br)

**Secretaria:**

Viviane Schimmel, Ana Maria Uccella

**Editor responsável:**

José Salles (MTb 12396)

**Diagramação:**

Hermano design gráfico

**Fotos:**

Ronaldo Benelli e Divulgação

**Impressão:**

MaisType

Periodicidade bimestral